



COMUNICADO

Governo fomenta o crime ecológico

Com a data de 22 de Fevereiro a Autoridade Tributária e Aduaneira está a pôr em circulação uma comunicação do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural cujo conteúdo é criminoso e denota uma avassaladora ignorância científica e técnica bem como uma total incompetência das tutelas no que aos processos ecológicos diz respeito.

Apela essa comunicação, no período pós-incêndios, à limpeza do mato numa extensão de 50 metros à volta das habitações e de 100 metros nos terrenos à volta das aldeias parques de campismo, parques industriais, plataformas de logística e aterros sanitários. Impõe ainda a limpeza das copas das árvores 4 metros acima do solo e um afastamento entre as mesmas de pelo menos 4 metros. Acrescenta a obrigatoriedade de cortar todas as árvores e arbustos a menos de 5 metros das casas.

Seguidamente ameaça quem o não fizer com coimas que podem variar entre 140 e 5 mil euros, no caso de pessoa singular, e de 1500 a 60 mil euros, no caso de pessoas colectivas, acrescentando que este ano serão a dobrar.

Não conhecem as tutelas, na sua ignorância e incompetência, a importância ecológica destes cobertos vegetais, fundamentais quer para retenção de água no solo, quer como suporte do mesmo evitando o aluimento de terras, bastante provável num cenário de chuvas intensas?

Mas também ignoram a função ecológica destes povoamentos vegetais constituindo, por exemplo, oportunidades de refúgio e abrigo para a vida selvagem, nalguns casos os únicos, dada a dimensão gigantesca das áreas ardidas?

Não entendem (ou não querem entender) que é criminoso cortar árvores e arbustos quando as aves já começaram a construir os seus ninhos? Será que não compreendem que essas aves são imprescindíveis nos processos de dispersão das sementes tão necessárias à regeneração dos ecossistemas? Será que não sabem que em seca extrema em pleno Inverno, quando a água escasseia nas barragens e não chega para dar de beber a culturas e animais esses resíduos de coberto vegetal permitem a retenção de água no solo? Ignoram que a qualidade do ar depende da produção de oxigénio por parte das plantas?

Quando os incêndios mataram milhares de animais da nossa fauna e destruíram extensões imensas de floresta ou de monocultura arborícola as tutelas apostam em destruir o que resta? E nem sequer se preocupam em acautelar as espécies ameaçadas de extinção?

O Movimento Partido da Terra (MPT) denuncia publicamente este acto criminoso totalmente descabido e injustificado que apenas denota uma completa ignorância por parte dos organismos da tutela, o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural com a complicitade da Autoridade Tributária e Aduaneira.

O MPT não se calará perante a destruição do que resta do nosso património e afirma o direito inalienável das populações a combaterem todas as acções criminosas, mesmo quando instigadas pelas tutelas e ditadas pela ignorância.

O Presidente da Comissão Política Nacional do Movimento Partido da Terra

Luís Vicente

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2018